

PERCURSOS DE UM BRASILEIRO DO PORTO — O CONDE DE FERREIRA

Por Jorge Fernandes Alves

O esboço biográfico, que aqui se apresenta, refere-se a Joaquim Ferreira dos Santos (Conde de Ferreira) e insere-se numa linha prosopográfica sobre os «brasileiros» do século passado. Com o objectivo de introduzir a componente qualitativa num projecto de investigação sobre a emigração e o retorno, multiplicamos o estudo dos percursos individuais, recuperando o papel do emigrante enquanto sujeito, valorizando a dimensão do vivido e o campo das decisões pessoais e da interacção. Procuramos, assim, esclarecer o fenómeno migratório que, partindo de um contexto sócio-económico idêntico, conduz a percursos tão diversos como, por exemplo, os do Conde de Ferreira, Silva Porto ou José do Telhado¹.

Naturalmente, o volume e a qualidade de informação disponível variam muito de caso para caso. No que se refere ao Conde de Ferreira, é possível refazer a história, ultrapassando a literatura «hagiográfica» produzida sobre os «brasileiros» beneméritos e os estereótipos iconoclastas

¹ Sobre a problemática biográfica, vd. *Problèmes et méthodes de la Biographie — Actes du Colloque*, Paris, Publications de la Sorbonne, 1985.

Sobre o brasileiro, vd., por todos, ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz, «Refluxos culturais da emigração portuguesa para o Brasil» in *Análise Social*, n.º 90, 1986, p. 139-156.

de tipo camiliano. Dispomos para isso de um volume de informação considerável, com acesso a documentação particular e a um elevado número de referências impressas que o estatuto de homem público, atingido por Joaquim Ferreira dos Santos após o seu retorno, proporcionou.

Com a contingência inerente a um estudo de caso mas com objectivos de prospecção e especulação investigativa, eis o percurso de sucesso de Joaquim Ferreira dos Santos o qual parece assumir contornos paradigmáticos. Brasileiro, barão, benemérito, são as etapas de efeito emulativo numa trajectória de ascensão social com repercussão popular, em que a tessitura do mito radica, aqui e ali, no anti-herói.

1 — Emigração e vida comercial

A condição familiar de partida de Joaquim Ferreira dos Santos é uma ilustração típica dos mecanismos de reprodução social no Noroeste português e dos seus dispositivos de distribuição ocupacional. Nascido a 4 de Outubro de 1782, é o quinto filho de um casal de lavradores de Campanhã², então couto exterior à cidade. Ao filho mais velho, Manuel, destina-se a herança e gestão do património agrícola da família, devendo os restantes optar por soluções que passam pela saída da casa paterna. O segundo filho, António, seguirá o sacerdócio. Ao próprio Joaquim é ministrada uma preparação escolar que lhe permitiria avançar para a condição eclesiástica mas que, em mudança de rumo, lhe veio a ser extremamente útil na carreira comercial, permitindo-lhe o domínio das regras de escrituração que tanto prezava e utilizava. Caixeiro no Porto, embarcou jovem para o Rio de Janeiro, por volta de 1800, levando carta de recomendação e não se assustando com um primeiro naufrágio, logo à saída, na fatídica barra do Douro. No Rio completa o seu tirocínio comercial, ascendendo a negociante.

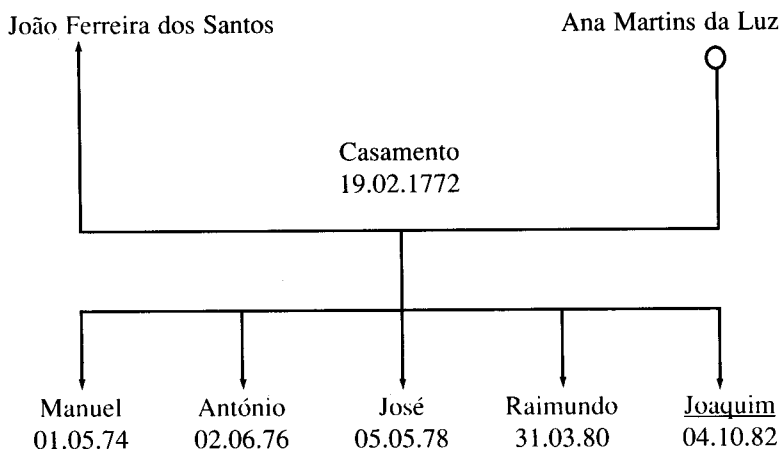
Sublinhe-se, desde já, que o seu trajecto emigratório se realiza sob o signo da colonização, dado que o Brasil é, então, colónia portuguesa.

Que mecanismo permite a um caixeiro, sem capital inicial, transformar-se em negociante? Uma técnica de comércio extremamente praticada na época: a consignação. Do Porto são-lhe consignadas mercadorias por um parente, que presumimos ser o comerciante Jerónimo Carneiro Geraldes, com cuja família manterá longas relações comerciais e de amizade, solidificadas por laços afastados de parentesco. Cabe-lhe a tarefa de colocação no mercado, pelo melhor preço possível, dos produtos recebidos,

² Segundo dados recolhidos no Arquivo Distrital do Porto, nos diversos *livros de registos paroquiais* de Campanhã.

cobrando pelo serviço uma comissão que normalmente era de 4%, podendo atingir em casos particulares 6%. Com as receitas de venda procedia à carregação de volta, cobrando de novo a respectiva percentagem sobre o valor da compra. O comitente negociava depois no Porto os produtos coloniais, reembolsando-se das despesas iniciais. Não é grande a variedade de produtos comercializados: para o Brasil seguem o vinho, sal, chapéus e poucos utensílios ou adomos; do Brasil envia sistematicamente açúcar, aguardente, couros, pequenas quantidades de café e arroz³.

DIAGRAMA FAMILIAR
de
Joaquim Ferreira dos Santos



³ As informações não citadas em pé-de-página baseiam-se na análise dos livros de contas e copiadores de Joaquim Ferreira dos Santos. Podemos informar que estamos a preparar uma biografia desenvolvida do Conde de Ferreira, ampliando e documentando o esboço aqui representado. Queremos aqui agradecer toda a disponibilidade e colaboração do Sr. José Ferreira dos Santos, sobrinho-neto do Conde de Ferreira, bem como do Sr. Fernando J. Moreira que nos facilitou os contactos.

Joaquim Ferreira dos Santos torna-se um elo da vasta rede comercial, de predominância alimentar, que ligava o Porto ao Brasil e vice-versa. Rapidamente as suas ligações comerciais se estendem também a Lisboa. A consignação era o mecanismo quase absoluto, permitindo a circulação dos navios, em cujas carregações havia normalmente interesses de diversos, já que seria arriscado a um só negociante apostar por inteiro no risco da navegação.

Neste contexto, compreende-se que os comerciantes do Porto e Lisboa tivessem preocupação em colocar bem os seus caixeiros ou mesmo filhos no Rio de Janeiro, garantindo-lhes a recepção e o enquadramento inicial, através de «recomendações» aos seus correspondentes, num quadro de solidariedades tácitas. Dando provas de honorabilidade comercial, tornar-se-iam os seus futuros correspondentes, garantindo o fluxo e mesmo ampliação do tráfico. Daí que o consignatário zeloso, com provas dadas, seja assediado, no desembarque das mercadorias, por remessas enviadas por desconhecidos que o solicitam por «recomendação». Neste quadro comercial extremamente personalizado, a ambição do consignatário é, naturalmente, tornar-se comitente, isto é, assumir a iniciativa própria, bastante mais rentável, o que faz com os capitais amealhados nas primeiras comissões, utilizando, no sentido inverso, os mesmos canais que ajuda a dinamizar. Assim a condição do comerciante permanecerá sempre dupla: comitente e consignatário de forma a assegurar a relação biunívoca dos compromissos assumidos.

O comerciante Joaquim Ferreira dos Santos insere-se, porém, numa economia colonial, com ramificações e solicitações muito diversas. A conjuntura das invasões francesas e do tratado de 1810 com a Inglaterra faz mesmo esmorecer a corrente comercial com a Metrópole, obrigando-o a tentativas de diversificação dos seus contactos. Por essa altura, já proprietário do brigue *Activo*, estabelece contactos com a Argentina, os quais se revelarão pouco frutuosos, sob o ponto de vista comercial, embora lhe proporcionem o casamento com uma súbdita desse país.

Mas, ao tempo, o Rio de Janeiro era apenas um pólo urbano de uma vasta economia de plantações e, em consequência, o comércio de «grosso trato» passava por dois produtos essenciais: o açúcar e a sua mão-de-obra, os escravos. Será esta última mercadoria que o leva a África, estabelecendo relações comerciais com casas de Luanda. Penetra mesmo pelo sertão em Molembo, na zona de Cabinda, avistando-se com o régulo e aí estabelecendo uma feitoria. Foi esta viagem, realizada numa altura em que a navegação

⁴ Sobre este aspecto, vd. *Revista Contemporânea*, Lisboa, 1856, p. 106.

era dificultada pelo conflito internacional e pelas posições da Inglaterra sobre o tráfico escravagista, que lhe valeu o hábito da Ordem de Cristo, concedido por D. João VI⁴. Viagem que vai repetir por duas vezes e que lhe proporciona lucros avultados que o levam a fixar-se no Rio, deixando de embarcar pessoalmente, passando a dirigir de terra todas as suas operações comerciais.

Podemos contabilizar, de modo sucinto por agora, o movimento desse comércio, apenas entre 1816 e 1828, embora já o praticasse antes

QUADRO — COMÉRCIO DE ESCRAVOS PELA CASA DE JOAQUIM FERREIRA DOSSANTOS — 1816-1828

ANOS	Por CONSIGNAÇÃO		Por CONTA PRÓPRIA b)	
	n. ^{os}	valor	n. ^{os}	valor
1816 a)	45	4 053\$000	20	1 851\$800
1817	84	7 501\$400	354	36 235\$800
1818	28	2 245\$400	159	17 535\$610
1819	4	563\$200	30	4 350\$000
1820	352	42 065\$632	118	15 797\$015
1821	271	34 366\$100	517	63 828\$000
1822	66	6 853\$400	424	38 335\$100
1823	50	5 743\$000	203	19 916\$597
1824	501	63 554\$400	654	99 432\$719
1825	831	101 040\$900	25	2 857\$600
1826	1575	205 298\$930	999	161 779\$260
1827	537	100 501\$700	711	120 127\$480
1828 a)	1174	302 886\$600	12	2 840\$000
TOTAL	5518	876 673\$662	4 196	584 886\$781

a) Movimento anual incompleto

b) Alguns carregamentos são em sociedade

e depois daquelas datas. Assim, nesse período, Joaquim Ferreira dos Santos comercializou cerca de 10.000 escravos, 4196 por conta própria ou em sociedade, num valor de venda superior a 584 contos de réis, e 5518 como consignatário, com valor de venda na ordem dos 876 contos de réis.

É impossível contabilizar lucros globais, pois só em alguns casos temos acesso aos valores das diversas componentes contabilísticas das remessas. Nas consignações mantinha-se a percentagem de 4 ou 5% sobre as vendas; nos negócios por conta própria o leque de possibilidades apresenta um maior grau de abertura, podendo ultrapassar os 100% ou mesmo dar prejuízo. Por outro lado, a colocação de escravos no mercado não era linear: os clientes «por grosso», os senhores de engenho, levavam

as suas remessas a crédito (total ou parcial), assinando letras de dívida a pagar com a colheita das safras. Dívida que não raro se arrastava, com juros acumulados, tornando-se, em si mesma, uma fonte de rendimento.

O escravo, porém, era mercadoria que circulava num só sentido: a embarcação que se dirigia à costa angolana ía carregada de produtos característicos como peças de pano, ferragens, pólvora e aguardente e mesmo produtos metropolitanos reexportados como o vinho, chapéus e outros objectos de uso corrente. Os valores das remessas de ida e volta deviam equivaler-se, assegurando-se o ajustamento final através da conta-corrente.

O filho do camponês minhoto consolidou, assim, a sua fortuna e a sua posição social no Rio de Janeiro, tornando-se elemento de prestígio no sistema do comércio triangular. A sua casa de grosso trato articula-se num vasto mercado que inclui grande parte do Brasil: mais intenso num círculo de 50 léguas do Rio, atinge S. Paulo e os estados do Norte. Além de Angola e Portugal, as suas relações estendem-se ainda a Londres, através da casa Finnie, a qual lhe transferia para aquela praça verbas que eram aplicadas em títulos de dívida pública de nações estrangeiras (França, Bélgica, Rússia, Espanha), o grande instrumento bolsista dos meados do século passado.

Particularmente interessado nos seguros marítimos foi accionista das companhias *Permanente*, *Concórdia* e *Providente*, co-fundador da *Boa-Fé* e *Retribuição*.

Além da casa comercial, possuía prédios de arrendamento em vários locais do Rio de Janeiro e duas fazendas — Caxoeira, em Iguassú, e Taquarassú, as quais lhe permitiram o acesso simbólico à propriedade fundiária, num verniz aristocrático. A Caxoeira era-lhe particularmente querida: com 185 escravos em 1844, já decadente, próxima do Rio de Janeiro, «*com facil viação por agora e por terra, tem abundancia de mattos, grandes vargens proprias para plantação de cana e arroz, tem hua grande lagoa muito abundante de peixe, tem quantidade de agoa fluyente para tocar qualquer Engenho, e ella mesmo tem um engenho de assucar e outro de mandioca movido por agoa... a plantação ... deveria produzir 700 a mil alqueires de arroz, talvez 15 a 20 pipas de aguardente, e huas 20 caixas de assucar, fora a grande plantação de mandioca*»⁵, com um barco e diversas canoas.

Com a independência do Brasil e a lei da nacionalidade, Joaquim Ferreira dos Santos tornara-se súbdito brasileiro.

Em termos civis era casado com Severa Lastra, argentina, casamento

⁵ Carta ao procurador Francisco José Bernardes, de 10.9.1853.

frustrado que durou menos de um mês. Separados de facto, com relacionamento hostil para com a família da mulher, não foi o casamento que lhe proporcionou oportunidades sociais, como alguma literatura sugere, custando-lhe, porém, uma pensão anual de mil pesos e alguns amargos de boca.

Perfeitamente integrado económica e socialmente, bem relacionado entre gente da corte, comendador por decisão de D. Pedro que, entretanto, lhe concedeu a comenda da Ordem de Cristo por uma beneficência de 10 contos de réis, tendo demonstrado o seu apreço pela causa liberal ao subscrever 12 contos de réis no empréstimo para o corpo expedicionário que aportara ao Rio⁶, que razões o levam ao retorno?

2 — O retorno: o brasileiro negociante

Em 1832 anuncia a sua retirada aos amigos e devedores, carrega o seu brigue Activo de mercadorias (açúcar e couros) e parte para Portugal, não sem antes ter enviado mais duas remessas de letras no total de 12500 libras para Diogo Finnie, em Londres, a aguardar ordens. Passara, entretanto, procuração ao seu antigo caixeiro João Pinto dos Reis para liquidação das cobranças.

Segundo ele próprio, tudo resultou da devassa de que foi alvo a sua casa comercial, na sequência de serem encontrados escravos ilegalmente, face ao tratado de 23.11.1826 entre o Brasil e a Inglaterra, segundo o qual o tráfico seria proibido a súbditos brasileiros a partir de 13 de Março de 1830. Joaquim Ferreira dos Santos sentiu-se humilhado, afirmando-se escrupuloso cumpridor da Lei, tendo abandonado o tráfico escravagista na altura prevista. Não se sentia responsável por uma consignação que em seu nome fora enviada por um dos habituais comitentes e a que era alheio. Recusara a consignação mas, na sua ausência na fazenda da Caxoeira, um dos seus empregados de conluio com o capitão da embarcação, introduzira os ditos no armazém em proveito próprio. Teve problemas judiciais que lhe custaram perto de 20 contos de réis mas, como sopravam já ventos abolicionistas, tal facto foi aproveitado pelos «*periodiqueiros anarquistas*» que através da imprensa incitavam à hostilidade para com os comerciantes portugueses. Hostilidade que resultava em surtos periódicos de nativismo, muito frequentes entre 1831 a 1848, obrigando muitos comerciantes a viagens de descompressão à Europa e a muitos retornos definitivos a Portugal⁷.

⁶ Cf. Revista Contemporânea, p. 105-107.

⁷ Cf. CALMON, Pedro, *História Social do Brasil*, 2.º Tomo: *Espírito da sociedade imperial*, s. Paulo, s/d, p. 91-102.

A estas manifestações, de raiz complexa, favorecidas pela instabilidade política da Regência, não eram estranhas as interferências dos devedores socialmente bem cotados, muitos deles titulares, que se viam nas mãos dos comerciantes de grosso trato, aos quais estavam permanentemente endividados.

«Não tenho remédio senão dar huma viagem à Europa, ainda que seja por hum ano», confessa em carta ao seu amigo Rafael Tobias de Aguiar, de S. Paulo. Mas antes de o fazer, recomenda ao administrador da Caxoeira a necessidade de acabar a casa em construção para sua habitação, afirmando: *...«fique certo que logo que eu tenha notícias certas de haver esperanças de continuação de socego, imediatamente regresso...»*

A sua viagem inseria-se em projectos de deslocação a diversos países (França e Inglaterra), com escala em Portugal para negociação das mercadorias, visita a familiares e amigos, uma temporada de «Caldas» e banhos de mar. Até aos inícios dos anos 40 anunciará frequentemente a amigos e correspondentes o seu retorno ao Brasil, logo que terminassem as desordens políticas, solicitando-lhes informações sobre a evolução dos acontecimentos, trocando folhas de imprensa.

Ao desembarcar em Lisboa, a 8 de Setembro de 1832, correndo de novo riscos de naufrágio que o inibirão de fazer futuras viagens, sempre adiadas, depara com a guerra civil: *«Por aqui continua a haver socego, apesar da encarniçada guerra em que estão empenhados os dous irmãos que nada tem com os estrangeiros que não se metem na política, e por isso me demorarei por cá»*⁸.

Não obstante, envia recomendações ao seu irmão P.^o António Ferreira Martins para que, no Porto, vá beijar de sua parte a mão de Sua Majestade Imperial e subscreve o empréstimo nacional de 9 de Agosto de 1833.

No final da guerra, fixa residência no Porto conturbado do pós-cerco, cujo reencontro não podia ser deslumbrante, conforme deixa entrever a um amigo do Rio que lhe refere as saudades da Terra:

...«lembrando-lhe contudo que isto por cá não está tão formozo como lá julga: a perversidade desgraçadamente está ramificada por toda a parte; dizem que temos liberdade, mas de facto tal bem não existe; pois apesar de nos fecharmos a sette chaves não nos consideramos seguros pela inundaçãõ de salteadores e assassinos, e para cumulo de maior desgosto qualquer individuo que esteja em circunstâncias e tenha

⁸ Carta ao procurador Joaquim Pinto dos Reis, 8.5.1833.

génio de possuir uma boa e aprazível vivenda no campo, não se anima a fazê-lo por medo de ser surpreendido por essas quadrilhas de gente desmoralizada que estando habituada a fazer saques e roubos atacão aos magotes de 50 a 100 perversos, o ponto está elles contarem com alguma boa preza e o governo sem força phisica nem moral não pode evitar semelhantes acontecimentos; e por isso me lembro infinitas vezes da minha Fazenda da Caxoeira, onde na companhia de alguns bons amigos desejava passar esse resto de dias, o que só me animarei a fazer à vista de seus conselhos»...⁹

Uma vez no Porto dinamiza de novo operações comerciais, reactivando o seu brigue que envia regularmente ao Rio de Janeiro, onde o seu procurador, frequentemente substituído, despacha mercadorias e providencia o retorno. Participa em sociedades com Manuel Ribeiro da Silva, de Lisboa, para «carregação» do *Conde de Palma*.

Passa, assim, a integrar a comunidade dos 163 negociantes brasileiros, (segundo os números do ano de 1838) que exerciam na praça comercial do Porto¹⁰. Brasileiros não apenas no sentido conotativo de retornados do Brasil, mas brasileiros de facto, sob o ponto de vista da cidadania.

O negócio corre-lhe nas veias... Dispondo de capital e considerando-se ousado, vai experimentar as novas propostas de negócios que a instauração do liberalismo proporciona, começando pela compra de acções da Companhia das Lezírias. Torna-se co-fundador do Banco Comercial do Porto, onde com as suas 100 acções é um dos seis maiores accionistas, disputando a presidência da Direcção, que perde por seis votos¹¹.

O ambiente setembrista empalidece as perspectivas comerciais com o Brasil. A importação de aguardente, face às novas medidas pautais, torna-se proibitiva e o açúcar, café e arroz viram os respectivos impostos subirem bastante, onerando-se em mais 15% os géneros importados em navios brasileiros, agora em desvantagem face aos portugueses.

Nesta conjuntura tenta, uma vez mais, diversificar a sua rede comercial, desviando géneros vindos do Brasil para Itália (Génova e Trieste). Sobretudo, introduz-se no negócio do vinho, não só para o Brasil, mas agora também para a Inglaterra. Às suas ordens, compram-se centenas de pipas de vindo no Douro, alugando a Arnaldo Vanzeller

⁹ Carta ao Cónego Joaquim Pereira dos Reis, 30.3.1836.

¹⁰ Cf. *Directório da Antiga, Muito Nobre, Sempre Leal e Invicta Cidade do Porto e Villa Nova de Gaia*, Porto, 1838, p. 98-103.

¹¹ Cf. *Lista de accionistas do Banco Comercial do Porto*, 1838.

um armazém que dá para 2.740 pipas. Coloca remessas deste vinho em Londres, consignando-o a Diogo Finnie, João Pinto Ferraz e Fonseca, Monteiro & Guimarães, revelando inexperiência, pois consignando a diversos não consegue manter preços uniformes nem suscitar prestígio. A sua ambição de ser exportador de vinho do Porto, indicador de prestígio na praça portuense, permanece, mas a dificuldade conjuntural de colocação é tal que sucessivamente apela aos consignatários para o escoamento das três mil e tantas pipas de vinho armazenadas que lhe empatam cerca de trezentos contos de réis. Continuará a enviar remessas em quantidades modestas, fazendo surgir o seu nome como exportador no Diário do Governo. Na fase expansionista dos anos 50 ainda tenta dinamizar este ramo, ordenando novas compras e diligenciando a sua colocação.

Entretanto, associou-se à posição colectiva dos negociantes brasileiros, assinando a petição entregue ao novo representante do Brasil em Lisboa, António de Meneses Nascimento de Drumond, para este interceder junto do governo português no sentido de evitar o tratamento discriminatório de que se sentiam alvo face aos restantes grupos de negociantes estrangeiros (ingleses e franceses). O conhecimento e amizade que Joaquim Ferreira dos Santos mantinha com este diplomata desde o Rio de Janeiro farão dele um interlocutor privilegiado, canalizando diversas solicitações e desenvolvendo uma relação importante que os incluirá no mesmo barco: o cabralismo.

3 — O Cabralismo: vida pública e nobilitação

Em Janeiro de 1842 estalou a proclamação cartista no Porto, conduzindo à instalação de Costa Cabral no poder. Movimento complexo, na sua génese encontram-se os principais comerciantes da praça desta cidade, incluindo individualidades estreitamente ligadas à Associação Comercial, cujos interesses dão corpo às linhas políticas do movimento. Joaquim Ferreira dos Santos, que anunciara a amigos do Brasil a eventualidade das alterações, é nomeado pela *Junta Provisória* como Presidente da Comissão do Tesouro, encarregada de arrecadar os fundos necessários à manutenção das tropas. Coloca desde logo à disposição da Comissão os seus capitais disponíveis, enquanto oficia a organismos oficiais como os *Claviculários do Tabaco*, *Arrematante da Ponte das Barcas*, *Administração das Saboarias*, para disponibilizarem os capitais em caixa, em nome da *Junta Provisória*.

Empenha-se a fundo na causa cabralista. Juntamente com o embaixador Drumond e alguns mais, lidera uma subscrição, em Abril de 1842, a favor de Costa Cabral, «a fim de que possa ter de futuro meios de uma

subsistência docente com sua numerosa família, por isso que é pobre por ser honrado», solicitando contribuição e publicitação a diversos amigos do Brasil.

Esta participação entusiástica conduziu-o a *Par do Reino*, por carta régia de 3 de Maio de 1842. Para isso teve de regressar à condição de cidadão português, acto que efectuou apenas a 2 de Maio desse ano, em declaração à Câmara Municipal do Porto. Este pormenor levou a Comissão de Poderes da Câmara dos Pares, integrada pelos Condes do Lavradio e Vila Real, a proporem a sua não admissão, a eles se associando o Visconde de Sá da Bandeira e o Conde da Taipa. Para estes Joaquim Ferreira dos Santos continuava estrangeiro, já que não declarara a sua opção de nacionalidade portuguesa nos termos da lei de 1836, e, por outro lado, fazendo-o a 2 de Maio não seria possível apresentar prova documental à Rainha para a assinatura da carta régia no dia seguinte, o que levantava suspeitas sobre o procedimento do Ministro do Reino, Costa Cabral.

Esta atitude de alguns Pares era sobretudo uma afronta a Cabral, que se viu forçado a justificar-se, e visava impedir a maioria que este preparara com uma *forçada* de novos Pares, escolhidos de entre os seus partidários. Mas, para além da luta política imediata, revela também a resistência da recente elite liberal em patrocinar a ascensão de um novorico, cuja credencial mais significativa era o dinheiro. Os debates sucessivos sobre a questão constituíram um folhetim de humilhação, com o Conde do Lavradio a solicitar-lhe a certidão de nascimento, insinuando que Joaquim Ferreira dos Santos seria galego¹².

Aprovada a sua admissão, Joaquim Ferreira dos Santos só voltará à Câmara dos Pares legitimado com título nobiliárquico. É Barão a 7 de Outubro de 1842, Visconde a 21 de Junho de 1843, Conde a 6 de Agosto de 1850, numa progressão sincrónica com os momentos de afirmação cabralista.

Esta chamada à vida pública afasta-o definitivamente da ideia de regresso ao Brasil, cujos acontecimentos passa agora a acompanhar com um afastamento crescente, embora interessado. Aconselha os amigos a defenderem a causa de D. Pedro II, no sentido da normalização. Verbera a loucura do seu amigo Rafael Tobias de Aguiar, seu antigo consignatário de S. Paulo, que tendo chegado a presidente do governo do Estado, liderou a rebelião republicana em 1842, vendo-se forçado à clandestinidade, sendo amnistiado por altura do casamento do Imperador, para casar finalmente com a marquesa de Santos. Alerta para o exemplo do Haiti, recusando o modelo republicano das ex-colónias espanholas: «*n' aquellas*

¹² Cf. *Diário da Câmara dos Pares*, diversos números de 1842.

há em pequeno numero a escravatura e n' este [Brasil] a maior parte dos habitantes são escravos!»

Na sua vida comercial muda também de atitude: embora ainda continue a exportar pequenas quantidades de vinho do Porto, decide vender o seu brigue *Activo*, que passará a chamar-se *Ferreira* por vontade dos novos donos, pois «*como Par do Reino e Barão não me fica bem continuar a navegar embarcações de minha conta...*»¹³

De facto, agora mais altos voos esperam pelo Visconde de Ferreira, passando a integrar o pequeno número de capitalistas que chamam a si os grandes negócios de 1844, grupo a que os detractores políticos chamarão de «*confederação agiótica*» e que inclui José Maria Eugénio de Almeida, Manuel Gomes da Costa de S. Romão, Carlos Morato Roma, Tomás Bessone e poucos mais¹⁴.

Entra na *Sociedade dos Contratos do Tabaco, Sabão e Pólvora*, do qual vai ser Caixa-Geral. É feito Presidente da *Companhia Confiança Nacional*, da qual é accionista, transitando nesta última condição para o *Banco de Portugal*, quando da fusão da dita Companhia com o *Banco de Lisboa*. Torna-se ainda accionista da *Companhia dos Canais de Azambuja*, *Companhia das Obras Públicas* e *Companhia de Gás Lisbonense*.

Diga-se, de passagem, que o seu papel foi quase só o de investidor, tendo as funções desempenhadas assumido essencialmente um carácter honorífico, pois delegou funções ao fim de 4 meses, dificilmente compatíveis com a sua residência no Porto.

As agitações de 1846-48 vem abalar de novo a situação política, comprometendo o seu capital, quase todo aplicado em fundos estatais e nas ditas companhias. É então que o vinho armazenado assume um efeito tranquilizador, garantindo-lhe um capital de algumas centenas de contos que, todavia, não necessitará de realizar. Na altura viveu quase 6 meses de reclusão na sua casa do Bonfim, apelando à vigilância da Guarda Municipal.

A vida do Visconde de Ferreira esmorece, acompanhando o declínio do ciclo dos Cabrais. Reergue-se um pouco em 1850-51, com o regresso destes ao poder, permitindo-lhe ainda acesso a Conde. Com a Regeneração dá-se o seu afastamento político e frustram-se algumas tentativas de intervenção na Câmara dos Pares, como o discurso que pretendia fazer em 1856 contra a política fontista de recurso aos empréstimos externos, a seu ver discriminando os credores internos.

¹³ Carta ao consignatário José Caetano de Medeiros Barbosa, 11.10.1842.

¹⁴ Cf., de autor anónimo, *A Regeneração e a Reacção*, Lisboa, Typographia da Revista Universal, 1851.

Os últimos tempos passa-os monotonamente no Porto, cumprindo o vício da visita diária à Bolsa, como no-lo descreve Alberto Pimentel, que recorda «o legendário Conde de Ferreira, anichado dentro da sua velha traquitana, puxada por umas velhas mulas, governada por um velho cocheiro, de cabelos brancos e chapéu de oleado»¹⁵.

4 — O benemérito

Aos 24 de Março de 1866, com 84 anos de idade, ao falecer na sua residência do Bonfim, inicia uma nova etapa de ascensão social, agora póstuma: a consagração como benemérito nacional. É certo que, tradicionalmente, o Conde de Ferreira não se furtava a pequenas benemerências, contribuindo para confrarias, hospitais e asilos, ou subscrevendo ofertas com conotação política, como a do monumento de Pampelido ao desembarque liberal ou a da estátua de D. Pedro. Mas o testamento que deixou, influenciado pelo seu amigo e colaborador de longa data, Domingos de Almeida Ribeiro, surpreende a Nação. Almeida Ribeiro propusera-lhe ser um novo *Peabody*, o milionário americano, protector da instrução popular que criara escolas, museus e bibliotecas nos Estados Unidos¹⁶.

Nesse sentido vai testar o velho Conde, exibindo postumamente uma aristocracia filantrópica que vinga as humilhações sofridas pelos seus detractores de ontem. Neste aspecto distingue-se também da maioria dos «brasileiros» que utilizavam a benemerência como degrau para a nobilitação.

Num País sem parque escolar, polvilhou-o de escolas (Mapa), legando verbas para 120 a criar em terras que fossem cabeças de concelho, dando origem a um tipo arquitectónico específico, em que a casa anexa para o professor estava incluída, numa previsão das dificuldades de alojamento dos agentes de ensino deslocados.

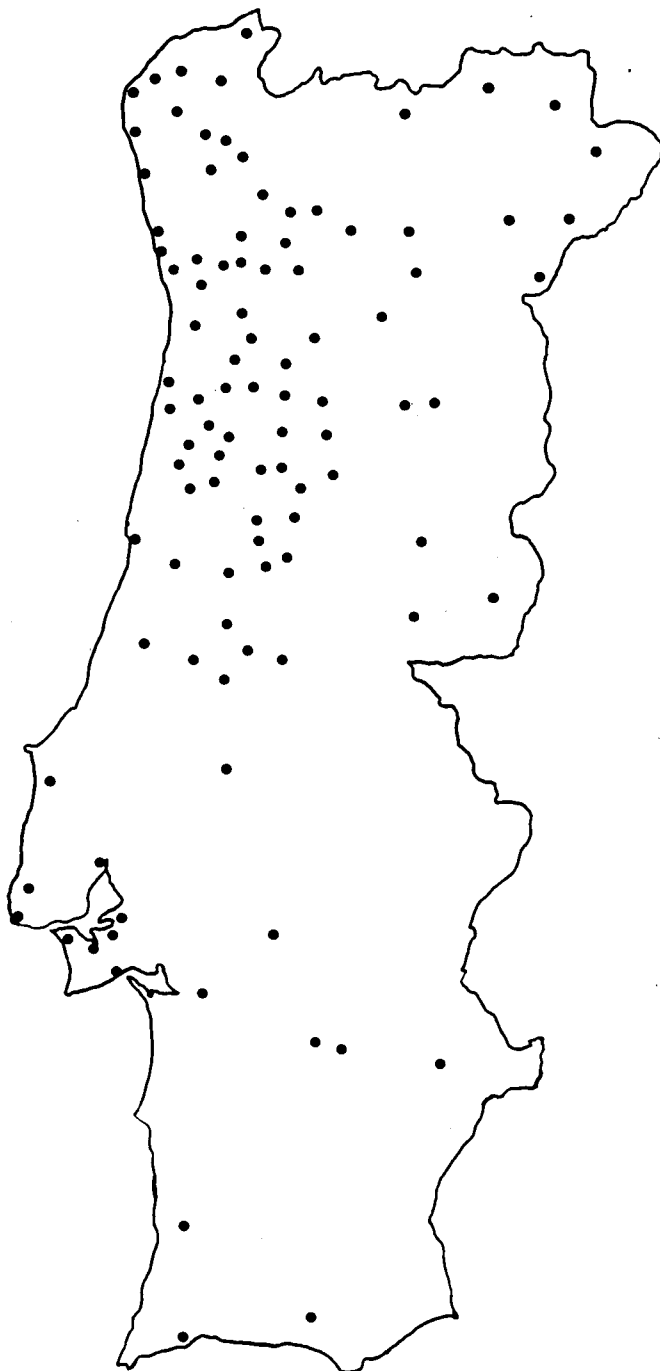
Deixou legados a numerosos asilos, hospitais, confrarias e misericórdias, em especial as do Porto e Rio de Janeiro.

Não esqueceu os familiares, afilhados, criados e amigos, sendo de sublinhar o legado de 60 contos à afilhada D. Luísa, filha de Costa Cabral, e 30 contos de réis a este mesmo.

¹⁵ Cf. PIMENTEL, Alberto, *Homens e Datas*, Porto, Lello e Irmão — Editores, 1981, p. 185.

¹⁶ Sobre este assunto, incluindo o texto testamentário, vd. RIBEIRO, Domingos d'Almeida, *Notícia das irregularidades da execução do testamento do Benemérito snr. Conde de Ferreira*, Porto, 1884.

**MAPA — ESCOLAS CONSTRUIDAS
SEGUNDO O LEGADO DO CONDE DE FERREIRA**



Com o restante, mandou construir e dotar o Hospital de Alienados a que foi dado o seu nome, instituição modelar que constituiu uma verdadeira escola de psiquiatria.

Soares dos Reis encarregou-se de exprimir em mármore de Carrara o sentido da gratidão nacional ao filantropo, modelando a estátua que adorna o seu túmulo em Agramonte.

5 — Conclusões

Esta digressão pela micro-história revela-nos um emigrante que está longe de ser um caso excepcional. Ele é um dos muitos portugueses que organizaram e dinamizaram uma economia colonial que se desestrutura com as transformações revolucionárias do século XIX. Neste sentido é um cidadão integrado na sociedade de acolhimento, a qual não pretende abandonar num retorno saudosista.

O retorno acontece em plena fase dinâmica do seu ciclo de vida, num pressuposto temporário, perspectivando a acalmia da sociedade de adopção.

Na transformação do seu retorno temporário em definitivo, conjugam-se dois factores:

— por um lado, o prolongamento, no Brasil, dos sobressaltos anti-portugueses, em especial, contra os comerciantes, a que não falta o estigma colonialista.

— por outro lado, a existência de mecanismos de recuperação por parte da sociedade de partida, que vale a pena enumerar:

a) legislação favorável à naturalização, criada pela lei de 22.10.1836, por iniciativa de Passos Manuel, em que é possível descortinar um objectivo de transformar os investidores estrangeiros, reais ou virtuais, em súbditos portugueses;

b) um mecanismo de projecção social, correlacionando estreitamente benemerência ou acção pública com nobilitação;

c) existência de atractivos de investimento promovidos pelos surtos desenvolvimentistas com os do cabralismo ou fontismo.

Parece-nos ser este um quadro global que explica, para além dos laços afectivos, o regresso dos chamados «brasileiros» que ao longo do século passado retornaram a Portugal, muitos deles desenvolvendo ainda um papel dinâmico na sociedade de partida, aplicando os seus novos conhecimentos e/ou os seus capitais.

